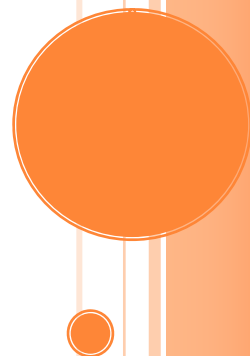


PROGRAMA AVES

referencial genérico



PROGRAMA AVES

referencial genérico

1. Introdução

Tanto o debate sobre a eficácia dos sistemas educativos e das escolas como a larga controvérsia sobre a qualidade das organizações escolares são temáticas que agitaram e continuam a agitar os vários discursos sobre a educação, o ensino e a formação.

A investigação educacional e as políticas educativas têm-lhes dedicado um lugar bastante importante nos últimos vinte anos. Muitos estudos se empreenderam sobre os factores de qualidade na educação e sobre as escolas enquanto organizações sociais de primeira importância. Mas, entre os vários discursos, dos científicos aos normativos, abundam os opinativos que, no quotidiano, não se cansam de enunciar e denunciar a sistemática perda de qualidade do sistema educativo português.

Se estes abundam, rareiam aqueles que se sustentam em estudos aprofundados sobre a realidade das escolas portuguesas e que se interliguem com projectos concretos de melhoria da qualidade das instituições educativas.

Em Portugal, os estudos sobre a qualidade das escolas e sobre a eficácia escolar e os projectos de avaliação externa deste tipo de instituições são escassos. A Inspeção-Geral de Educação, organismo da administração central, iniciou recentemente um processo de “avaliação externa das escolas” e o Instituto Português de Qualidade tem vindo a motivar-se crescentemente para a área da educação e da formação. Todavia, é um facto que não existe uma cultura de avaliação suficientemente aprofundada e razoavelmente partilhada.

O *Programa AVES* – Avaliação de Escolas nasce, neste contexto novo como um contributo para alcançar o objectivo de ligar, no terreno de cada escola, a identificação dos factores que promovem (e impedem) a qualidade do seu desempenho com as acções e os projectos que, ainda em cada escola, se podem mobilizar em ordem à melhoria deste mesmo desempenho social. A convergência entre as duas dinâmicas, cremos nós, pode acelerar os processos que contribuem para melhorar a qualidade das escolas secundárias portuguesas.

O *Programa AVES* é uma iniciativa da Fundação Manuel Leão que obteve, desde a primeira hora, o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. O modelo que lhe subjaz é idêntico ao desenvolvido em Espanha pelo Instituto de Evaluación y Asesoramiento Educativo (IDEA), de natureza privada, criado pela Fundación Santa Maria, com quem foi estabelecido um protocolo de cooperação.

2. Contextualização

O contexto em que o *Programa AVES* emerge deve ser compreendido na sua complexidade, o que implica a consideração de factores que vão desde a ordem legal, ao plano social e ao vector internacional. Consideramos relevantes cinco dimensões:

- i) o contexto legal e normativo que vêm recorrentemente referindo a necessidade e a desejabilidade de uma avaliação das organizações escolares que esteja ao serviço do seu desenvolvimento e da sua qualidade;
- ii) o contexto organizacional marcado pela heterogeneidade de dinâmicas, situações e recursos e pelo desenvolvimento de uma política de *autonomia*, o que aconselha (e reclama) uma prática sistemática de auto-avaliação dos processos e dos resultados;
- iii) o contexto social que pressiona no sentido de serem conhecidas as qualidades das práticas escolares e que “reclama” uma “prestação de contas” do trabalho (serviço público) desenvolvido;
- iv) o contexto internacional, designadamente a experiência espanhola, que tem vindo a praticar a avaliação de escolas com resultados positivos;
- v) a necessidade de conciliar mecanismos de avaliação interna e de avaliação dita “externa”, promovida pelos departamentos de administração educacional central, com práticas de avaliação externa, isenta e independente.

A estas cinco dimensões, obviamente, haverá que acrescentar o interesse que a Fundação Manuel Leão depositou na iniciativa e o apoio pronto da Fundação Calouste Gulbenkian.

3. Princípios gerais

Os princípios orientadores do *Programa AVES* são os seguintes:

- i) *‘formatividade’*: a função do programa orienta-se pela preocupação de fornecer uma informação relevante e contextualizada que permita fomentar em cada escola a análise da situação da própria escola, a detecção dos principais problemas e o início ou prosseguimento das mudanças necessárias. As funções de controlo e de supervisão devem ser desenvolvidas por outras instâncias, internas ao funcionamento do sistema escolar;
- ii) *‘longitudinalidade’*: o programa realiza-se ao longo de vários anos para analisar e comprovar o “valor acrescentado” de cada escola e valorizar a incidência das mudanças realizadas;
- iii) *participação voluntária*: a adesão ao programa é fruto de uma decisão voluntária das escolas, que são chamadas a participar na especificação e na realização do programa;

iv) *integração*: a análise da realidade social de cada escola compreende não só a consideração de vectores relacionados com os resultados escolares dos alunos, como também dimensões relativas às opiniões dos actores, ao contexto sociocultural, às práticas pedagógicas e à organização da instituição e às atitudes e valores dos alunos;

v) *garantia de confidencialidade*: as escolas participantes têm a garantia de não divulgação dos resultados da avaliação e desconhecem as organizações que integram a rede de avaliação;

vi) *“valor acrescentado” de cada escola*: este é um valor que se obtém a partir tanto da comparação entre os resultados obtidos por cada escola com os do conjunto da rede e com as escolas que têm um corpo discente de extracção sociocultural semelhante, como da recolha de dados relativos às condições socioeconómicas e ao rendimento dos alunos no momento do ingresso na escola secundária, com o objectivo de os utilizar como elemento de ponderação dos seus resultados finais (no termo de um ciclo de estudos);

vii) *articulação da avaliação interna e externa*: a equipa externa elabora, aplica, processa os instrumentos de recolha da informação; a equipa interna analisa os resultados obtidos, interpreta e utiliza os resultados;

viii) *organizações aprendentes*: espera-se que as escolas que se auto e hetero-avaliam aprendam a ser instituições educativas mais capazes e socialmente mais credíveis.

Estes oito princípios gerais configuram um modelo de avaliação de instituições escolares que valoriza quer as dinâmicas de auto-avaliação, apoiadas por mecanismos externos e independentes de recolha e tratamento (inicial) da informação, quer uma visão integrada dos processos avaliativos.

Esta integração compreende a consideração articulada do contexto sociocultural, dos processos de escola e de sala de aula e dos resultados escolares dos alunos. É conhecida a interdependência entre estes vários factores na promoção de um clima escolar adequado à promoção do sucesso educativo de cada aluno e na melhoria do desempenho social global das instituições educativas. A figura que se segue procura evidenciar esta interdependência e a integração global das dimensões.



4. Objectivos

Os objectivos do *Programa AVES* podem sintetizar-se nos oito pontos seguintes:

- i) conhecer os processos educativos de cada escola assim como os resultados que obtêm os alunos, tendo em conta as características da escola e o nível académico dos alunos;
- ii) descrever as mudanças que se produzem nos diversos campos da organização escolar, considerando determinado período temporal;
- iii) analisar o impacto das mudanças nas diferentes componentes das escolas: gestão, processos educativos, relações sociais internas, satisfação, rendimento escolar dos alunos, etc.;
- iv) analisar e informar as escolas do “valor acrescentado” que produzem;
- v) permitir que cada escola e cada professor analisem os resultados obtidos e os comparem com os de outras escolas de características similares, desenvolvendo uma cultura de auto-avaliação e estimulando o uso dos resultados para a tomada de decisões;
- vi) elaborar, a partir da informação obtida, modelos explicativos que estabeleçam relações entre variáveis;
- vii) colaborar na formulação e aplicação de uma estratégia de melhoria qualitativa do desempenho social das escolas;
- viii) conhecer melhor os factores da qualidade na educação, em Portugal, tendo em vista divulgá-los a todas as escolas do país.

5. Características da informação a recolher

A recolha de informação decorre ao longo de três anos, a duração de cada ciclo de estudos (secundário ou 3º ciclo do ensino básico). As características da informação, que se obtêm são as seguintes:

- i) é *contextualizada*: recolhem-se os dados que caracterizam social e escolarmente cada escola e controla-se o rendimento inicial dos alunos, assim como o seu nível sócio-económico;
- ii) é *comparada*: cada escola recebe os resultados que obtêm em todas as dimensões estudadas, em comparação com a média dos resultados obtidos pelas escolas situadas no mesmo tipo de contexto social e pela totalidade das escolas participantes da rede;

iii) é *confidencial*: a informação recolhida em cada escola só será conhecida pela própria escola. A cada escola são ainda dados a conhecer os volumes médios obtidos nas diferentes variáveis pelas escolas que se situam no mesmo tipo de contexto sócio-cultural;

iv) é *objectiva*: a informação que se proporciona procede dos questionários e provas aplicadas, uns e outros devidamente testados e validados;

v) é *interpretada pela escola e pelos professores*: a informação que se proporciona é analisada exclusivamente em cada escola pelos responsáveis das diversas áreas e pelos professores, em geral, pois são eles quem pode melhor compreender os resultados obtidos e encetar os processos necessários à melhoria do desempenho da escola;

vi) é *ampla e convergente*: a informação que se obtém não se refere exclusivamente aos resultados académicos dos alunos, mas, não ignorando a sua importância, percorre áreas mais vastas relacionadas com as atitudes, as estratégias de aprendizagem, os processos educativos e os valores de pais, professores e alunos;

vii) é *formativa*: pois a finalidade da recolha e do tratamento da informação é a colaboração com as escolas para que estas se conheçam melhor e possam estabelecer, autónoma e responsavelmente, as suas dinâmicas de mudança.

6. Níveis e dimensões a avaliar

O modelo de avaliação está organizado em quatro níveis (ver quadro 1): entrada, contexto, processos e resultados. Em cada um deles estabelecem-se várias dimensões. Explicitemos mais detalhadamente esta ordem.

O nível de entrada inclui os resultados iniciais dos alunos, no início do ciclo de estudos, o que se torna fundamental para analisar as mudanças que se produzem ao longo do tempo e para determinar com maior fiabilidade o valor acrescentado da escola.

O nível de contexto refere-se ao envolvimento sociocultural e ao tipo de escola. Todos os estudos valorizam a influência do contexto sociocultural nos resultados dos alunos e é sabido que as escolas mais pequenas têm mais possibilidades de melhorar o seu funcionamento e os resultados dos alunos.

O nível dos processos inclui dois âmbitos: os relativos à da organização e funcionamento da escola e os relacionados com a sala de aula. No que se refere aos processos institucionais, são incluídos o conhecimento do funcionamento da escola, a participação, o clima de trabalho e acção dos departamentos didácticos, a avaliação da equipa directiva e as relações professor-aluno. Quanto aos processos da sala de aula foram tidas em conta a planificação do ensino-aprendizagem, a inovação na

avaliação pedagógica dos alunos, a amplitude dos conteúdos e a capacidade de criar um clima de trabalho, tendo em conta a diversidade dos alunos.

O nível dos resultados centra-se principalmente nos alunos, mas inclui também a opinião dos pais e dos professores. Em relação aos alunos avaliam-se não só as aprendizagens em algumas áreas curriculares (como Matemática e Língua Portuguesa), mas também as competências metacognitivas, as estratégias de aprendizagem e as atitudes. Além disso, os alunos completam também um questionário no qual manifestam a sua opinião sobre o funcionamento da escola, sobre a preparação que recebem e sobre os seus professores e os seus colegas. Os pais também expressam a sua opinião através de um questionário sobre o funcionamento da escola, sobre a atenção com que são recebidos, sobre a disciplina que há na escola, sobre as classificações dos seus filhos e sobre as actividades extracurriculares. A avaliação dos professores compreende a sua satisfação com o funcionamento geral da escola e com as condições em que realizam o seu trabalho.

Quadro 1

Modelo de níveis e dimensões de avaliação das escolas

Níveis	Dimensões
Nível de Entrada	Resultados iniciais dos alunos
Nível de Contexto	Contexto sociocultural Tipo de Escola (dimensão)
Nível de Processos	Processos de Escola Processos de Sala de aula
Nível de Resultados	ALUNOS 1. Áreas curriculares 2. Valores e atitudes 3. Estratégias de aprendizagem 4. Competências de raciocínio 5. Apreciação da escola PAIS 1. Avaliação da escola PROFESSORES 1. Avaliação da escola

Note-se ainda que a necessidade de uma rígida e fiável correcção das provas, para devolução imediata dos resultados às escolas, exigiu que a maioria das perguntas fosse de tipo fechado, de opções múltiplas, e requereu o uso de procedimentos de leitura óptica.

Se é verdade que a concepção e a aplicação das provas e questionários, pelo facto de serem externas, permitem uma maior objectividade na análise dos resultados, além de lhes atribuir uma visão mais ampla de significados, também é certo que apresentam limitações.

Podem destacar-se duas: por um lado, obriga a que as provas tenham de ser rapidamente corrigidas para devolver os resultados a um número elevado de escolas, o que limita a sua amplitude e reduz as suas facetas; por outro, prescinde quase completamente das observações directas e das entrevistas mais qualitativas, que são um complemento indispensável da avaliação quantitativa.

Procuramos reduzir estas limitações através de duas iniciativas. A primeira consiste na relevância dada à análise e tratamento de dados em cada escola, pela comunidade escolar. A avaliação externa concebe-se, como já se disse, como uma ajuda, mais objectiva e contextualizada, às dinâmicas de avaliação interna. A segunda consiste na conjugação destes resultados com os de outras abordagens baseadas na observação qualitativa dos processos da escola e da aula.

A avaliação externa dos resultados dos alunos em nada interferirá com os processos de avaliação, mais completos e contínuos, que cada professor realiza com os seus alunos. Apenas os completa e viabiliza a sua leitura mais contextualizada.

7. As etapas do Programa de Avaliação

O *Programa AVES* desenvolve-se ao longo de uma série de cinco etapas.

1ª Etapa: O compromisso da escola

A equipa de direcção recebe informação sobre as características do Programa de Avaliação e decide voluntariamente sobre a adesão à rede de escolas, após a consulta dos órgãos próprios da escola. O compromisso inicial pressupõe a vontade da escola seguir o programa ao longo de um mínimo de três anos, ainda que cada escola se possa desvincular em qualquer momento. A direcção da escola deve indicar, de início, a equipa de professores que coordena o processo da escola.

2ª etapa: Recolha da informação

As provas e questionários aplicam-se em três momentos distintos em cada ano escolar: em Outubro/Novembro, Janeiro/Fevereiro e em Abril/Maio. As provas dos alunos são aplicadas de forma colectiva na sala de aula. Os questionários aos pais são enviados para suas casas, por meio dos filhos.

3ª etapa: Devolução de informação à escola

As escolas recebem os resultados das provas cerca de um mês após a sua aplicação. Os dados das provas de rendimento escolar incluem as pontuações de cada um dos alunos, a média de cada turma e a média de cada ano. Este último dado também se proporciona em comparação com a média das escolas do mesmo tipo de contexto sociocultural e em comparação com a totalidade das escolas em avaliação.

A partir do segundo ano, as escolas recebem também informação sobre as conclusões que se obtêm da análise do conjunto de dados.

4ª etapa: Interpretação da informação

Uma vez recebida a informação, a equipa de direcção e os órgãos de coordenação pedagógica da escola analisam-na e interpretam-na. Espera-se que os dados, ora divergentes ora convergentes com as expectativas existentes por parte dos vários actores, favoreçam ocasiões de debate, de reflexão partilhada e de enriquecimento de cada escola. Esta etapa é essencial para envolver a comunidade escolar nos projectos de mudança.

5ª etapa: Projectos de mudança e avaliação das suas consequências

A partir da análise e interpretação dos dados resultantes da avaliação, as escolas podem adoptar as decisões mais adequadas para ultrapassar deficiências, para melhorar resultados e para melhor servir os alunos. Os elementos recolhidos, pela sua diversidade e convergência, facilitam a identificação dos problemas e podem acelerar a tomada de decisão. Ano a ano, as escolas podem comparar o caminho percorrido e, de novo, corrigir ou manter trajectórias estabelecidas.

A acção e a mudança centra-se na escola e no seu contexto social. Os promotores do *Programa AVES* apenas pretendem facilitar a melhoria dos processos e dos resultados educativos.

8. Responsabilidades da Escola e da Direcção do Programa

O compromisso a adoptar entre a perspectiva interna e externa da avaliação determina o estabelecimento de dois níveis institucionais complementares. Cada um deles tem a responsabilidade de tarefas específicas.

A. *A Equipa de Coordenação*, que tem carácter externo à escola, tem as seguintes responsabilidades:

- i) dirigir e coordenar o conjunto do programa de avaliação das escolas;
- ii) elaborar os instrumentos e proceder à sua validação mediante “provas piloto”, tendo em conta que a elaboração de cada uma das provas e questionários deve ser analisada por um especialista na matéria;
- iii) aplicar os instrumentos nas escolas, por meio de “equipas aplicadoras”, nos três momentos previstos (Outubro, Janeiro e Abril), em cada curso/ano académico e durante os anos que durar o programa de avaliação;
- iv) processar e analisar os dados obtidos de acordo com os métodos estatísticos eleitos;
- v) elaborar informação da avaliação a remeter a cada escola, que se devolverá aproximadamente um mês depois de recolhidos os dados;
- vi) assessorar antes, durante e depois da avaliação, as escolas que aceitem o processo de análise e interpretação dos dados.

B. As Escolas têm as seguintes responsabilidades:

- i) decidir acerca da sua participação no programa de avaliação de escolas, de acordo com as suas normas de participação e funcionamento;
- ii) criar as condições necessárias – organizativas, materiais e participativas – para poder levar a cabo a avaliação;
- iii) indicar uma pequena equipa de docentes que acompanhe e coordene o processo na escola;
- iv) analisar e interpretar os resultados que derivam da aplicação dos instrumentos, de forma que essa informação de origem externa tome “corpo” dentro da escola e que se reforce o carácter de auto-avaliação que tem este processo;
- v) decidir o uso a dar aos resultados obtidos, com vista a melhorar o desempenho da escola.

9. Síntese dos procedimentos

Tendo em conta as características específicas deste projecto, a avaliação decorre ao longo de vários anos e confronta os resultados obtidos em cada ano com os que inicialmente foram alcançados, tomando por referência um ciclo de estudos (3 anos). Daqui resulta mais evidente o conceito de “valor acrescentado” de cada escola. De cada vez que há uma recolha de dados anual, a equipa de coordenação realiza e entrega à escola um relatório com os seus resultados, por aluno, por turma e por escola. Juntamente com estes dados enviam-se os valores médios alcançados na rede de escolas em processo de avaliação.

À medida que vão sendo conhecidos os resultados de cada escola, eles vão-se divulgando e debatendo, conforme as dinâmicas que cada uma queira imprimir. Como a adesão é voluntária, também cabe a cada escola fomentar a sua dinâmica de auto-avaliação, apoiada no valor formativo do projecto AVES, consolidando os aspectos positivos e corrigindo os aspectos negativos. A confidencialidade dos dados é assegurada tanto durante o processo de avaliação como em qualquer momento futuro, sendo eventualmente divulgados pelas entidades que apoiam o projecto apenas os resultados globais da rede de escolas (os valores médios), em certos momentos do desenvolvimento do projecto.

De cada escola espera-se, mais do que um elevado investimento financeiro, um sério investimento no propósito da auto-avaliação e no acompanhamento empenhado do processo de avaliação externa. Isto quer dizer que se espera um forte envolvimento dos directores e dos professores, mas também o acompanhamento por parte dos alunos e dos pais.

O tempo, esse bem escasso na vida dos professores, será um recurso importante, estimando-se que cada docente, director ou aluno dedique, nos meses de aplicação dos instrumentos de avaliação, um máximo de 6 horas/ano aos procedimentos necessários.

10. Direcção e organização

O programa é dirigido estrategicamente pela Fundação Manuel Leão, no âmbito da qual foi constituída uma equipa de consultores, tem uma coordenação científica, assegurada por reputados especialistas espanhóis, que prestará apoio e consultoria ao programa, uma equipa de coordenação executiva, constituída por professores do ensino secundário e universitário e um secretariado executivo. Constituíram-se, ainda, equipas de consultores por áreas disciplinares, que conceberão e analisarão as provas de natureza académica. A nível de cada escola aderente, será também criada uma equipa de acompanhamento da avaliação.

Os níveis, as funções gerais e os elementos integrantes serão os seguintes:

Nível institucional/estratégico

1. Fundação Manuel Leão/Equipa de Coordenação Estratégica constituída por Joaquim Azevedo (Doutorado em Ciências da Educação) e José Matias Alves (Mestre em Ciências da Educação).

Neste nível serão realizadas as funções de:

- i) direcção global do programa;
- ii) aprovação do plano operacional;
- iii) emissão de parecer quanto a metodologias e instrumentos;
- iv) acompanhamento e supervisão da execução;
- v) avaliação global.

2. Coordenação científica, a ser realizada por Joaquim Azevedo, Universidade Católica Portuguesa, Vítor Alaíz, Universidade Católica Portuguesa e José Matias Alves. Esta coordenação assegurará as funções de:

- i) consultadoria;
- ii) validação do modelo português (metodologia e instrumentos);
- iii) acompanhamento e supervisão dos processos e resultados.

3. Assessoria científico-técnica, a ser realizada por especialistas nacionais nos domínios da estatística, da avaliação psicológica, das ciências da educação e da administração escolar.

Nível técnico/operacional

1. Coordenação executiva: esta equipa, será constituída por dois elementos, um coordenador e um adjunto. Esta coordenação realiza as funções de:

- i) apresentação do programa às escolas;
- ii) selecção das escolas interessadas;
- iii) negociação do programa com as escolas;
- iv) identificação e constituição das equipas de consultores e de especialistas disciplinares;
- v) organização do plano de avaliação por escola;

- vi) coordenação da equipa de aplicadores;
- vii) acompanhamento da execução;
- viii) elaboração de relatório por escola e global.

2. Secretariado executivo, que assegura as funções de:

- i) processamento e tratamento da informação;
- ii) contactos com os intervenientes no programa;
- iii) arquivo de informação.

3. Equipas de consultores por áreas disciplinares, que asseguram:

- i) a identificação dos objectivos a testar;
- ii) a adaptação e elaboração dos instrumentos de avaliação;
- iii) coordenação de passagem dos instrumentos;
- iv) apuramento e tratamento dos resultados;
- v) elaboração de relatório por escola e global.

4. Equipas de aplicadores. Estas equipas aplicam e recolhem as provas e os questionários em cada escola.

Nível da escola

Equipa pluridisciplinar constituída no âmbito do órgão de gestão da escola, que será responsável pelo:

- i) acompanhamento do processo no interior da escola;
- ii) cooperação com os aplicadores na passagem e recolha dos instrumentos de avaliação;
- iii) devolução dos instrumentos de avaliação;
- iv) dinamização de sistemas/dispositivos/processos de informação interna referentes ao programa avaliativo;
- v) produção de comentários ao relatório de avaliação;
- vi) dinamização/implementação das medidas que cada escola considere dever tomar.